

O LIVRO DIDÁTICO:

historicidade, problematização enquanto objeto de pesquisa e ensino de história

CAIO PINHEIRO OLIVEIRA

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

LÚCIA GRACIA FERREIRA

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Resumo

Trata-se de um estudo bibliográfico, pelo qual se buscou analisar as circunstancialidades históricas, determinantes políticos, ideológicos, culturais e econômicos que influíram na concepção dos primeiros livros didáticos no Brasil, na importância que estes exerceram no movimento de didatização da História, e como se deu sua problematização enquanto objeto de pesquisa no campo da História. Em termos de demarcação temporal, e, com efeito, tendo como base a técnica de periodização histórica, os dados prospectados dizem respeito à processos ocorridos entre finais do século XIX e transcurso do século XX. No Brasil pós-independência (1822) e sob a tutela do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), onde esteve aninhada a autônoma elite intelectual brasileira, foi forjada uma narrativa do passado nacional que valorizou os feitos dos grandes homens da pátria – geralmente mártires com ascendência europeia -, a prevalência da cultura europeia sobre as cosmovisões dos povos originários e africanos na constituição do “ser brasileiro”. Foi essa historiografia, escrita por uma *intelligentsia* à Europa, que seria escrita nos primeiros manuais didáticos voltados ao ensino de História. Isto posto, é na busca pela compreensão das intersecções entre a História do livro didático, seu papel no ensino de História e conversão em objeto de pesquisa pela historiografia que está situada este estudo.

Palavras-chave: Livro didático; Ensino, História.

Abstract

This is a bibliographical study, in which we sought to analyze the historical circumstances, political, ideological, cultural, and economic determinants that influenced the conception of the first textbooks in Brazil, their importance in the process of making History a didactic subject, and how they were problematized as a research object in the field of History. In terms of temporal delimitation, and based on the technique of historical periodization, the collected data pertain to processes that occurred between the late 19th century and the course of the 20th century. In post-independence Brazil (1822) under the tutelage of the Brazilian Historical and Geographic Institute (IHGB), where the self-proclaimed Brazilian intellectual elite was nested, a narrative of the national past was forged that valued the achievements of great men of the nation - usually martyrs with European ancestry - and the prevalence of European culture over the worldviews of indigenous and African peoples in the

constitution of "Brazilian being". It was this historiography, written by a European-educated intelligentsia, that would be written in the first textbooks aimed at teaching History. With that said, this study is situated in the search for an understanding of the intersections between the History of the textbook, its role in the teaching of History, and its conversion into an object of research by historiography

Introdução

Analisar as interfaces entre o livro didático e o ensino de História não é uma tarefa inédita. Vários estudiosos já se dedicaram a compreender as vicissitudes históricas, econômicas, políticas, pedagógicas, entre outras, que em graus diferentes, determinaram e determinam a centralidade da literatura didática. Nesse sentido, considerando livro didático como um objeto de conhecimento, na análise que subsidia esse estudo, foi privilegiada a História do livro didático no Brasil, os interesses políticos, ideológicos e mercadológicos subjacentes a ele vinculados, sua problematização como objeto de pesquisa e centralidade no processo de conversão da História em disciplina escolar.

Em termos de sua identidade metodológica, esse estudo materializa-se como um produto decorrente de uma pesquisa bibliográfica, pela qual buscou por meio da análise de livros, artigos, dissertações e teses compreender as circunstâncias históricas, políticas, culturais e ideológicas de concepção dos primeiros manuais didáticos no Brasil, assim como a importância que estes exerceram na didatização da História, ou seja, conversão da História enquanto disciplina escolar.

Lançando mão de uma concepção mais ampla, o livro didático integra o conjunto dos materiais didáticos. Estes, por sua vez, agem como mediadores no processo de aquisição do conhecimento, da apreensão de conceitos, do domínio das informações e da linguagem específica de cada disciplina (BITTENCOURT, 2009). Sendo suportes informativos, têm uma linguagem própria, além de serem elaborados obedecendo a rigores técnicos estabelecidos pelas instâncias governamentais, responsáveis por regular os sistemas educacionais.

Historicidade do Livro didático

O livro didático está no cotidiano escolar há mais de dois séculos. Sua definição é complexa e alvo de acaloradas celeumas ainda hoje. Apesar disso, seu uso corrente faz com que seja identificado facilmente. Assume funções diferentes,

dependendo das condições, do lugar e momento em que é produzido e utilizado nos diversos contextos escolares. Torna-se, portanto, objeto de múltiplas facetas, tendo sua elaboração e uso sofrido influências variadas.

Como suporte de conhecimentos escolares propostos pelos currículos educacionais, o livro didático sempre esteve sob a tutela do Estado, que, por seu turno, interfere indiretamente na sistematização dos conteúdos escolares veiculados, assim como institui critérios para avalia-lo, obedecendo, na maior parte das vezes, as premissas dos currículos escolares institucionais. Ademais, já que os conteúdos propostos pelos currículos são expressos nos textos didáticos, o livro atua como elemento central na constituição do saber escolar.

Produzido a partir do século XIX, o livro didático esteve originalmente associada à fundação do Colégio D. Pedro II (1837). Inspirada pelo liberalismo francês, essa instituição de ensino servia “às classes economicamente privilegiadas que tinham como referência de educação e cultura a Europa, em particular, a sociedade francesa” (SILVA, 2012, p 807-808). Sobre esse signo, manuais didáticos em francês ou traduzidos para o português eram importados, já que nossa imprensa, instalada por ocasião da transferência da Corte Portuguesa (1808), ainda não reunia condições técnicas para produção e publicação de textos didáticos em larga escala.

A circulação de livros estrangeiros no Brasil não foi uma particularidade do século XIX. Desde o período colonial, mesmo que de forma incipiente os livros circulavam, pois havia quem os demandasse. Leitores (as) residentes por essas paragens recorriam à importação de livros. Esse *modus operandi*, intensificado ao longo do século XVII, certamente atçou a percepção de editoras estrangeiras, fazendo-as especular sobre o qual viável seria atuar no Brasil.

Importar livros da Europa, ao lado das vantagens econômicas, representava uma opção político-cultural, visto que, sob o signo da independência e na “esteira de um projeto de nação ou de um nacionalismo recém-descoberto, o Brasil passou a responsabilizar a herança portuguesa pelo atraso nacional e a identificar tudo o que era externo, sobretudo europeu, como moderno e progressista” (TEIXEIRA, 2008. p.47). Esta premissa ajuda a compreender o porquê das primeiras editoras instaladas no Brasil serem francesas, tomando como exemplo a Garnier.

O peso dessa editora foi muito grande no século XIX, tendo inclusive atuado

na importação e editoração de livros didáticos. Baptiste Garnier, dono da editora, se tornou o primeiro editor a fazer um esforço real para atender as necessidades de livros escolares no Brasil. Reconhecendo o risco comercial, mas tendo uma atitude visionária, tudo indica que já previa a importância mercadológica que a literatura didática assumiria. Digno de nota, esse gesto partia de uma das mais prestigiadas editoras do país, responsável pela publicação dos escritos de grandes vultos da literatura nacional como aponta (EL FAR, 2006. p.9)

Garnier tornou-se um dos editores mais importantes do século XIX. Publicou obras de José de Alencar, Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Joaquim Manuel de Macedo, Graça Aranha, Olavo Bilac e Sílvio Romero, dentre outros nomes do nosso cenário intelectual, recebendo, por isso, do imperador D. Pedro II, o título de —livreiro e editor do Instituto Histórico e Geográficol e uma comenda da Ordem da Rosa pelos serviços prestados às letras nacionais.

Se Baptiste Garnier exerceu o pioneirismo na publicação de materiais didáticos, foi a firma fundada por Nicolau Alves, livreiro português, que se tornou a maior empresa de obras didáticas entre 1880 e 1920. Após assumir o negócio de livros iniciado pelo seu tio, Francisco Alves, a partir de 1897, passou a investir com mais audácia na produção didática, chegando a quase monopolizar o mercado. Para chegar a esse patamar, comprou várias editoras médias e pequenas, atraiu autores renomados e usou de estratégias contratuais para deter o controle total sobre as obras que publicava. Nota-se, no entanto, que esse faro empresarial não fluía sem base, ao contrário, objetivava atender a demanda por materiais didáticos decorrente da ampliação do sistema público de ensino (BITTENCOURT, 2004, p.482).

Visto desse ângulo, o protagonismo editorial de Garnier e Alves em torno da produção dos materiais didáticos mostra, mormente, a aliança entre Estado e setor privado nessa atividade. Com o projeto de expansão da educação primária patrocinado pelo Estado, tendo como pretexto instruir os segmentos sociais menos abastados, a exigência por compêndios voltados ao ensino se tornou uma realidade, dando musculatura a um mercado que vivia asfixiado pela incipiência de leitores.

Concebido nesse ambiente, o livro didático fora estratégico para a consolidação da educação pública brasileira, já que poderia estar presente no cotidiano das escolas ao fácil alcance de alunos e professores. Coube à literatura didática divulgar a doutrina católica, religião oficial do estado, a língua pátria, os símbolos e as “inventadas tradições” nacionais, a partir de um programa civilizador

implementado pelas classes senhoriais e dirigentes do Estado” (TEIXEIRA, 2008, p.48).

Não por acaso os primeiros autores de livros didáticos foram figuras próximas ao governo e de prestígio intelectual reconhecido, quer seja na literatura ou no fazer científico. Esse perfil dos autores decorre do fato de que “a concepção do livro didático e sua destinação eram determinações quase exclusivas do poder político educacional, que procurava, no grupo da elite intelectual, apoio para a produção dessa literatura” (BITTENCOURT, 2004, p.482).

Visconde de Cairu, Marquês de Paranaguá, o senador do Império José Justiniano da Rocha, cônego Caetano Fernandes Pinheiro, Dr. Duarte Moreira Azevedo, Joaquim Manoel de Macedo e Max Fleiuss são alguns nomes de homens públicos que também se dedicaram a escrever obras didáticas. Estando em boa parte vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tinham estreita ligação com o poder institucional responsável pela formulação da política educacional do Estado. Sobre eles pesava a obrigação de seguir os programas estabelecidos, sobretudo porque estavam no lugar onde estes eram produzidos (BITTENCOURT, 2004).

Considerando a multiplicidade temática da história da literatura didática, os primeiros livros de ensino foram concebidos para subsidiar o tripé da educação primária: ensinar leitura, escrita e gramática nacional, além de princípios morais e religiosos. Por atender esses objetivos, na primeira parte do século XIX, os livros mais utilizados foram *Episódios da História da Pátria* e *História do Brasil*, escritos respectivamente pelo Cônego Dr. Joaquim Fernandes Pinheiro e o Dr. Joaquim Manoel Macedo (TEIXEIRA, 2008).

O livro didático enquanto objeto de pesquisa

Avistando a História do livro didático, percebe-se que esse é fundamentalmente um objeto de cultura. Não obstante sua centralidade no processo de ensino-aprendizagem, seu potencial político-ideológico e a importância mercadológica conquistada, tornou-se alvo de inúmeras indagações científicas. Inicialmente formuladas pelas Ciências da Educação, essas indagações acomodaram-se no âmbito de outras ciências, a exemplo da História. Daí, depois

de ter sido negligenciada por longo tempo, as pesquisas históricas referentes aos livros didáticos e, posteriormente, às edições escolares, tiveram deste os anos 1960 e, sobretudo, nos últimos vinte anos, um considerável impulso (CHOPPIN, 2004, p.551).

Alguns fatores justificam o crescente dinamismo da pesquisa sobre a literatura didática. O interesse dos que se dedicam à produção do saber histórico com relação às questões da educação, área cuja demanda social se amplia; a importância conferida aos textos didáticos no movimento de criação ou recuperação das identidades culturais; os avanços ocorridos na História do livro desde o início dos anos 1980. Além disso, o inegável progresso nas técnicas de armazenamento, tratamento e difusão de informações das produções escolares; a estruturação de equipes e redes científicas internacionais que se dedicam às questões específicas das edições didáticas e as incertezas em relação ao futuro do livro impresso, especialmente sobre o papel que os livros didáticos terão diante das novas tecnologias educativas, perfazem o manancial de fatores que vêm atizando a pesquisa dos livros escolares (CHOPPIN, 2004).

Do final do século XX às primeiras décadas do século XXI, os livros didáticos passaram a ser alvo de inúmeras pesquisas acadêmicas. Se de 1970 a 1980 os trabalhos acadêmicos não passavam de quase 50 títulos, destinando-se uma parcela significativa a condenar o ideologismo (burguês) subjacente aos livros utilizados na escola, dessa época em diante o número de pesquisas sobre essa modalidade de material escolar não parou de crescer: 22 títulos entre 1993 e 1995; 29 em 1996; 26 em 1997; 63 em 1998; 79 em 1999; e 46 em 2000 (MUNAKATA, 2012).

Na relação ano/número de trabalhos publicados, em 1999 foi produzida uma expressiva quantidade de trabalhos acadêmicos. Essa situação pode ser tributada à realização, naquele ano, na Universidade do Minho (Portugal), do I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares (Manuais Escolares: Estatuto, Funções, História) com a participação de vários pesquisadores brasileiros. A partir desse evento começaram a ser organizados outros, específicos sobre o tema. É o caso do Simpósio Internacional —Livro Didático: Educação e História, realizado na Universidade de São Paulo, em 2007. Sessões especiais acerca do tema foram abrigadas nos eventos das grandes áreas. Centros, núcleos e projetos de pesquisa

também se constituíram nos programas de pós-graduação das diferentes áreas (educação, letras, história, matemática, etc.). O resultado foi a cifra de aproximadamente 800 trabalhos produzidos de 2001 a 2013 (MUNAKATA, 2012).

Destaque-se, contudo, que essa expansão da pesquisa sobre os livros escolares não foi uma tendência exclusivamente nacional, do contrário, ocorria em sintonia com o que se dava a nível internacional. Analisando o livro didático como objeto de pesquisa, Munakata (2012) infere que de 1980 a 2000, em várias partes do mundo se constituíram centros de pesquisa voltados ao tema.

Em âmbito nacional, o trabalho da historiadora Circe Bittencourt (1993) representou um pontapé inicial na ampla produção acadêmica centrada nos livros didáticos, pois trouxe à tona um conjunto variado de temas para além da denúncia ideológica. Na sua tese publicada tardiamente como livro em 2008, abordou questões como: o livro didático como política pública educacional; produção editorial e impacto mercadológico, inserção no espaço escolar na condição de dispositivo constitutivo do saber e da cultura escolar, suporte de disciplinas escolares (em particular, de história ensinada), além dos usos e das práticas (MUNAKATA, 2012).

Emmel e Araújo (2012) analisando as pesquisas sobre o livro didático entre 1999 e 2010, evidenciaram algumas tendências dignas de destaque. Após analisarem 256 artigos em periódicos nacionais indexados no *Scientific Eletronic Library* (SCIELO) ou apresentados e publicados em anais dos eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), do Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE) e do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), detectaram que há uma concentração geográfica da pesquisa na região Sudeste, um interesse maior pelos livros voltados à alfabetização e uma exacerbação das iniciativas investigativas na área das Ciências da Natureza.

Em termos de segmentação, parte substantiva dos estudos estão focados na Educação Básica, característica que pode ser justificada pela importância desse nível de ensino no contexto geral da educação e do perfil dos pesquisadores, geralmente estudantes de pós-graduação que atuam ou atuaram nesse segmento. Na área de História, apesar do volume de pesquisas sobre os livros escolares ainda ser pequeno, merece rever o Projeto Livres, um Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros (1810-2005) organizado pelo Centro de Memória da Faculdade de

Educação da USP – CMUSP e coordenado pela historiadora Circe Maria Fernandes Bittencourt (MUNAKATA, 2012). Segundo seus organizadores, o Banco de Dados Livres,

[...] disponibiliza pela Internet o acesso à produção das diversas disciplinas escolares brasileiras desde o século XIX até os dias atuais e, fornece referenciais e fontes, por intermédio da recuperação de obras e coleta de documentos sobre a produção didática, legislação, programas curriculares, catálogos de editoras, etc. A organização do Banco de Dados LIVRES se insere no projeto temático "Educação e Memória: organização de acervos de livros didáticos", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no Centro de Memória da Educação Escolar, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (CME). A organização do LIVRES caracteriza-se por ser alimentado e ampliado constantemente pelas pesquisas de uma equipe de especialistas da área, que analisam o livro didático em suas diferentes vertentes: conteúdos das diversas disciplinas, processo de produção e história das editoras, memória e usos dos livros em salas de aula. Trata-se de um projeto de pesquisa que tem se desenvolvido no CME com apoio da Biblioteca da FEUSP e convênios internacionais, visando intercâmbios para estudos comparados e acompanhamento das pesquisas em outras instituições (EMMEL; ARAUJO, 2012, p.8).

Outros espaços de discussão do livro didático numa perspectiva histórica têm se consolidado ao longo das últimas décadas. Ao promoverem o Simpósio Internacional Livro Didático: Educação e História na Faculdade de Educação do Estado de São Paulo (FEUSP), os coordenadores do CMEUSP e organizadores do evento, salientaram que esse seria o primeiro evento concretizado no Brasil tendo como base os estudos do livro didático em uma perspectiva histórica, promovendo debates sobre os fundamentos teórico-metodológicos das pesquisas. O encontro contemplou 34 comunicações coordenadas – sendo que grande parte versou sobre a História do livro didático e a História no livro didático –, além de reunir pesquisadores de diferentes países (Brasil, França, Itália, Portugal, Espanha, Argentina e Canadá), publicando 175 trabalhos. Esses dados servem como indícios da ampla quantidade de pesquisas acerca dos mais variados aspectos do livro didático (TEIXEIRA, 2008).

Ainda no campo da História, na Universidade Federal Fluminense, merece destaque o trabalho desenvolvido pela pesquisadora Alexandra Lima da Silva, principalmente sua dissertação, defendida em 2008, "Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História no Brasil, 1870-1924" (TEIXEIRA, 2008). Também na área de História, porém vinculada a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), destacam-se os trabalhos de Selma Rinaldi de Mattos, que se dedicou,

assim como Lima, a estudar livros destinados ao ensino de história. Mattos defendeu mestrado e doutorado sobre o tema, tendo sua dissertação, publicada em livro, o seguinte título: “Brasil em Lições. A história do ensino de história do Brasil através dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo”, obtida no ano de 1993, e a tese, “Para formar os brasileiros: O Compêndio da História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil”, defendida em 2007.

Caminhos distintos são tomados na contemporaneidade a fim de analisar o livro didático. De acordo com Bittencourt (1993) isso pode ser explicado pelo fato do uso e da posse do livro estar inserido em uma complexa teia de relações. Analisando os balanços bibliográficos das pesquisas feitas no Brasil sobre os livros escolares, Bittencourt (2004, p.2) conclui que:

Os balanços bibliográficos mostram que houve uma tendência, iniciada na década de 1960, de se analisarem os conteúdos dos livros escolares privilegiando a denúncia do caráter ideológico dos textos. Tal abordagem ocupava e ainda ocupa um lugar de destaque nas pesquisas nacionais e de vários outros países, cujo enfoque sobre as ideologias subjacentes aos manuais permanece. Mas nos últimos anos há mudanças de abordagens, que integram reflexões de caráter epistemológico, essenciais para a compreensão da constituição das disciplinas e saberes escolares. Paralelamente as análises sobre os conteúdos, foram sendo acrescidas outras temáticas, notadamente as relações entre as políticas públicas e a produção didática, e evidenciando o papel do Estado nas normatizações e controle da produção. A partir dos anos 80, muitos dos problemas relacionados ao conteúdo ou ao processo de produção e uso do livro didático por professores e alunos passaram a ser analisados em uma perspectiva histórica, constituindo-se tais análises em uma das vertentes mais importantes desse campo de investigação. Os objetivos centrais de tais análises são o de situar o processo de mudanças e permanências do livro didático [...].

2880

Considerando o livro didático como um objeto de pesquisa, identifica-se que no transcurso da sua existência foi alvo de importantes indagações. Estudos relatando as problemáticas relacionadas à abordagem de conteúdos, sua influência como artefato cultural, as relações burocráticas decorrentes da publicação, divulgação e circulação, bem como os enfoques científicos distantes da realidade do aluno, foram problemáticas exaustivamente indagadas. Com efeito, muitos estudos convergem para o mesmo ponto, mesmo com os avanços tecnológicos e científicos, em vários campos do conhecimento humano a necessidade do livro didático é indiscutível.

O livro didático e a didatização da História

Quando associado ao ensino de História – campo investigativo no qual este estudo encontra-se imerso – sua importância manifesta singularidades relevantes. A literatura didática no Brasil guarda imbricações viscerais com a didatização da História. Por essas paragens, primordialmente inspirado no modelo francês, o ensino de História esteve focado na História do Ocidente Europeu. A História do país ou História Pátria era vista como uma derivação da civilização europeia. Relegada aos —anos finais dos ginásios, com número ínfimo de aulas, sem uma estrutura própria, a História Pátria (denominação que prevalecia à época para a História do Brasil) era definida por um conjunto de biografias de homens ilustres, datas e batalhas¹⁶⁵.

Institucionalmente, o ensino de História nasceu vinculado ao Colégio Pedro II, que do Império até à República funcionou como estabelecimento padrão do ensino secundário. Nessa instituição, como consta no seu primeiro regimento, de 1838, foi determinada a inserção dos estudos históricos no currículo a partir da sexta série. Apesar disso, a História tomada como parte integrante da educação escolar não foi ponto pacífico, celeumas ocorreram, pois, para alguns dos responsáveis por pensar a estruturação curricular da educação ofertada aos jovens, a História deveria ser interdita ao ensino.

Todavia, ganharam os que entendiam ser a didatização da História uma pedra angular na criação de um sentimento nacional; visto que, capaz de homogeneizar uma nação plural, forjaria um passado comum unindo todos os elementos étnicos que conformavam o tecido social. Além do mais, no campo da institucionalidade acadêmica, a História conquistava espaços que lhes foram outrora interditados, buscando legitimar-se como campo de investigação tendo como base a constituição de um arcabouço teórico-metodológico próprio.

Para os defensores da didatização, o ensino de História revestir-se-ia de um caráter pragmático. Assumindo as premissas da chamada História institucional, a didatização do saber histórico era uma necessidade de certa forma institucional e vinculada a um grupo social específico, que assim justificou a sua implementação. Estava em jogo através do ensino de História, especialmente do Brasil, a inculcação de uma moral patriótica, obedecendo ao princípio da legitimidade que rege a História oficial.

Didatizar a História foi fundamentalmente um ato político. Essa decisão

demandou optar por uma historiografia que tivesse relação com o poder estabelecido. Assim, nos primeiros tempos (século XIX), desejava-se com o ensino de História criar uma ideia de nação que fosse o resultado da convergência dos europeus, africanos e nativos. Todavia, a sobreposição do branco colonizador aos africanos e indígenas, bem como a sujeição do país-colônia à metrópole seria silenciada e/ou escamoteada. Propagou-se uma narrativa histórica que destacou a pacificação social, a contribuição harmoniosa, sem violência ou conflito, de seus variados e diferentes habitantes (grupos sociais) para a construção de uma sociedade democrática e sem preconceitos de qualquer tipo.

Considerações Finais

Longe de pretender esgotar as discussões sobre as interseções entre a História do livro didático, sua problematização enquanto objeto de pesquisa, e a centralidade que exerceu e ainda exerce no ensino de História, as reflexões que esse artigo assenta têm o intento de contribuir com debate socialmente relevante e cientificamente necessário, acerca das múltiplas nuances que atravessam os livros didáticos.

Desde sua concepção no Brasil, os manuais voltados ao ensino são atravessados por variados determinantes. Enquanto objeto de cultura, o livro didático desde que começou a ser instrumentalizado no âmbito da educação escolar, tem contribuído para emoldurar o imaginário de gerações e gerações que passaram pela escola. Tutelado pelo Estado, ontem e hoje, continua sendo engendrado pelo debate político, e, em certa medida, comporta em suas linhas os frutos das correlações de força da sociedade, através das alterações e atualizações dos conteúdos que comporta. Mesmo que não haja humanidade, o livro didático ainda exerce uma posição majestática na sala de aula, visto que é o principal suporte mediador do processo de ensino-aprendizagem, especialmente no contexto das escolas públicas num país, onde a precarização desse segmento da educação é uma realidade dada.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 1993. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 27 jun. 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 3, p. 475-491, set/dez, 2004.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 3, p. 539-566, set./dez, 2004.

EMMEI, Rubia; ARAÚJO, Maria Cristina Pansera. A pesquisa sobre o livro didático no Brasil: contexto, caracterização e referencial de análise no período 1999-2010. In. SEMINÁRIO DE PESQUISA DA REGIÃO SUL, 9, 2012, Caxias do Sul. **Anais [...]**. 9, ANEPED. 2012.

EL FAR, Alessandra. **O livro e a leitura no Brasil**. Rio de Janeiro. Zahar, 2006.

2883

SILVA, Marco Antônio. A Fetichização no Livro Didático no Brasil. **Educação e Realidade**, v. 37, n. 3, p. 803-821, set, 2012.

TEIXEIRA, Giselle Baptista. **O Grande Mestre da Escola: os livros de leituras para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.



Autor 1: Caio Pinheiro Oliveira

Doutorando em Educação pela Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB), Mestre em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Especialista em História Regional pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Especialista em História do Brasil pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Email: pinheiroploc@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2073121189151151>



Autor 2: Lucia Gracia Ferreira

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pós-doutorado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-Itapetinga (UESB).

Email: lucia.trindade@uesb.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2208995326703695>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3655-9124>